



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE REGISTRO OFICIAL E REDAÇÃO PARLAMENTAR
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
(REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL))

Em 7 de julho de 2026
(terça-feira)

Às 14 horas e 30 minutos

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Há quórum regimental para a abertura da reunião.

A reunião ocorre de forma semipresencial. Há Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares que participam de forma virtual através da plataforma Zoom.

Declaro iniciada a presente reunião deliberativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional para a votação das matérias constantes na pauta.

Há quórum para a deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Solicito que sejam declarados como lidos os expedientes recebidos pela Comissão do dia 1º de julho de 2026 até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet.

Entretanto, caso algum Parlamentar se interesse pela leitura da matéria, peço que se manifeste.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião da Liberativa Extraordinária, realizada no dia 1º de julho de 2026.

Caso haja alguma retificação, peço aos Parlamentares que se manifestem.

A ata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista o acordo firmado, proponho a votação em globo dos relatórios apresentados às Medidas Provisórias nºs 1.342, 1.344, 1.346, 1.347, 1.351, 1.361, 1.364 e 1.367 e dos Requerimentos nºs 24, 25, 26, 27 e 28, de 2026.

Em deliberação a votação em globo dos relatórios e dos requerimentos apresentados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Comunico ao Plenário que, tendo em vista o acordo firmado no Colégio de Líderes, proponho a inclusão na pauta do relatório apresentado ao PLN 17/2026 e Requerimento nº 29, de 2026, de autoria do Deputado Carlos Gomes.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessas proposições a despeito do previsto no art. 128, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios que somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis da sua distribuição.

Em deliberação, a inclusão na pauta e a quebra de interstício para votação do relatório apresentado do referido requerimento.

Consulto a Câmara dos Deputados.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Eu estou me inteirando sobre o PLN neste momento.

Então, a inclusão em pauta me preocupa. Eu precisaria de, pelo menos, ter a oportunidade de conhecer em mais detalhes, porque a primeira informação que tive é que o PLN vinha com um valor simbólico — se eu entendi bem —, de pouco mais de 1 milhão de reais, mas acabou recebendo uma mensagem modificativa do próprio Governo e entrando na casa de alguns bilhões de reais.

Então, eu quero pedir a V.Exa., dentro do espírito de entendimento que move esta Comissão, que nós pudéssemos ter alguns minutos para entender melhor os objetivos e a forma como está apresentado o PLN, para que nós não tenhamos o desprazer de já nos posicionarmos contra, porque não o conhecemos. E, com quantias tão elevadas, teríamos que ter a prudência de primeiro conhecê-lo em mais detalhes.

É essa ponderação que eu faço a V.Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Agradeço ao Deputado Domingos Sávio.

Quero comunicar que está participando virtualmente o Senador Carlos Fávaro, Relator do PLN 17, que pode fazer algum esclarecimento. Eu vou já passar a palavra para S.Exa.

Comunico também que é um pleito do Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, que a gente possa acelerar, porque há também interesse de que isso seja votado na mesma sessão do Congresso, na quinta-feira.

Acho que é importante, para que a gente não perca o protagonismo, que seja votado hoje ainda ou amanhã, quando a gente terá a presença do Secretário do Tesouro Nacional aqui, para que a gente tenha a CMO como protagonista dessa discussão, porque são matérias importantes.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Eu ia sugerir, Senador Izalci, que a gente ouvisse o Relator, o Senador Carlos Fávaro.

Em seguida, a gente pode fazer alguma discussão sobre o tema.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Com a palavra o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Boa tarde, Sr. Presidente, caros membros desta Comissão, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, amigos.

Esse PLN tem como objetivo principal, como disse o Deputado Domingos Sávio, a regularização de débitos do Governo brasileiro com organismo integrante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe — Cepal, no valor de 240 mil dólares.

Acontece que, aproveitando a mesma medida provisória, o Governo já colocou os recursos para o programa regulariza 2, para discutir, de 13 bilhões de reais, além de um aporte para a cultura de cana de açúcar no Nordeste, produtores individuais do Nordeste, por conta dos intemperes climáticos e das taxas por parte do Governo norte-americano. Então, são assuntos relevantes.

A pedido do Presidente Alcolumbre, se esta Comissão entender por bem, se a gente já aprovar na Comissão, ela pode ir para a pauta do Congresso Nacional ainda nesta semana.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Para discutir, tem a palavra o Senador Izalci, e, em seguida, o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Presidente, já há algum tempo eu participo da Comissão Mista de Orçamento, na medida do possível, todo ano, como Líder ou como membro.

Eu lembro muito bem que, nas discussões dos vetos, quando, por exemplo, o Senador Eduardo Gomes era Líder, ele se reunia com todos os Líderes e com todos os Deputados para discutir veto a veto.

O Governo hoje não se reúne para discutir vetos. Eu acho muito difícil haver um acordo, para fazermos a reunião do Congresso na quinta-feira.

Se a gente não se sentar com o Governo e discutir veto a veto — não é assessor, não, é direto, com o Líder do Governo, o Líder da Oposição, o Líder da Minoria —, a gente não vai conseguir fazer essa sessão na quinta-feira.

Eu já aviso isso para dar tempo. Hoje é terça-feira, então, nós ainda temos hoje e amanhã para discutir, senão, dificilmente a sessão vai acontecer, porque a gente vai obstruir se não houver acordo sobre os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Tem a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/UNIÃO - CE) - Sr. Presidente, só quero ponderar que nós estamos tratando de um PLN que vai ao encontro dos produtores rurais, sobretudo de cana-de-açúcar, do Nordeste brasileiro, que eu represento aqui neste exato momento. V.Exa. também sabe do que nós estamos falando.

Compreendo o que ocorre quando há um extra para o Sul e Sudeste, para a regularização de dívidas, com o Tesouro inclusive colocando dinheiro, 28 bilhões de reais e tudo o mais. Mas eu queria ponderar aos meus colegas que esse é um PLN necessário para a produção. Aliás, parte dessa produção pode ir para o etanol, que vai contribuir para a diminuição do preço do combustível.

Então, eu quero ponderar aos meus colegas que esse PLN tem que ser aprovado. Ele é extremamente importante para as pessoas, para o País como um todo. Ele não é importante para negócio de Governo, mas para as pessoas. Faço a minha ponderação e deixo isso claro.

Quero pedir aos meus colegas da CMO que porventura estejam aqui no processo de votação dessa matéria que levem em consideração que nós estamos pedindo somente que continue, permaneça esse incentivo, vamos dizer assim, a esse pessoal que está acostumado a produzir cana-de-açúcar, o que é uma característica deles. Obviamente, a cana-de-açúcar já foi muito do Sudeste, mas, hoje, o Nordeste está com várias empresas nesse setor. Pelo estímulo que for, o etanol colocado como parte do combustível está, hoje, em 30%, mas pode aumentar para 32%.

Portanto, termino as minhas palavras, Senador Marcelo Castro, dizendo que é importante para todos nós decidirmos essa questão de forma urgente, senão os produtores vão começar a ter um prejuízo muito grande, vai haver desemprego. E, aí, lá vai confusão!

Por favor, eram essas as ponderações que eu queria fazer.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Presidente, a ponderação que nós, eu e o Deputado Domingos Sávio, estamos fazendo aqui é no sentido de conhecermos o PLN. A gente está questionando votar sem conhecer e ler o projeto. Ninguém está querendo obstruir por obstruir.

Estou tendo acesso ao PLN agora e vou lê-lo também, para a gente votar sabendo o que nós estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP - PR) - Presidente, eu sugiro que nos dê poucos minutos.

Nós já recebemos agora a cópia do PLN, que é bastante sucinto. Poderemos alcançar um entendimento sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Presidente e demais colegas, quero esclarecer o nobre colega.

É claro que eu sou sempre um defensor do produtor rural aqui nesta Casa, e não do produtor rural de um ou de outro Estado, mas de todos os Estados da Federação e, obviamente, do Nordeste e também dos produtores de cana. Não se trata, especificamente, de nenhuma objeção a esse caso.

Esclareço ao colega que o PLN não é específico para o produtor rural de cana lá do Nordeste — este é um dos itens. Ao fazer a leitura do que me foi possibilitado até agora, a gente verifica que o projeto, que originariamente tratava de 1 bilhão e 323 milhões de reais para suprir algumas demandas do Ministério do Planejamento, foi elevado para 13 bilhões

de reais, mas com vários itens. Ele vai abastecer o orçamento do Governo para itens diversos. O grande problema, que também nos preocupa um pouco, pelo menos na nota explicativa que recebemos, é que ainda não se tem o detalhamento de quanto será para cada área, por exemplo, eu nem sei quanto especificamente irá para o Ministério da Agricultura e Pecuária para atender especificamente a esse caso. Nós temos destinação para várias outras áreas. Então, é o mínimo de responsabilidade nossa.

Como V.Exa. bem disse, eu acho que o protagonismo da nossa Comissão é dar um parecer — eu não tenho a menor dúvida da responsabilidade do Ministro Carlos Fávaro de conduzir isso, na condição de Relator. Penso eu, até pelas palavras tão sucintas que ele expressou — ele não teve oportunidade de nos dar detalhes sobre como esses 13 bilhões serão aplicados —, que ele também pode construir um relatório que nos dê a segurança de que estamos fazendo a aprovação mais adequada.

No momento em que a gente vê o País caminhar para o fechamento de mais 1 ano com este Governo que aí está, com um déficit público que seguramente está na casa de algumas dezenas de bilhões de reais, e assustadoramente é o Governo que mais aumenta impostos — não há déficit público porque a arrecadação caiu; nós temos recorde de arrecadação porque o Governo não para de aumentar imposto —, no final das contas, o Governo gasta muito e gasta mal, e acaba fechando com um déficit público assustador. Esse déficit público é o principal responsável por termos um dos juros mais altos do mundo. É um juro assustador!

Antes, o Lula dizia que a culpa era de Roberto Campos, porque havia sido nomeado por Bolsonaro. O Lula nomeou praticamente toda a diretoria que lá está no Banco Central, inclusive o Galípolo, e o juro continua alto. Não é por culpa do Galípolo, é por culpa do desequilíbrio fiscal, do gasto público.

A origem dos 13 bilhões é receita nova, é fato. Retira só um pouquinho, aliás, de uma área social, retira um pouquinho do dinheiro da moradia digna, Deputado — somos nós que queremos que haja moradia digna —, repito, o Governo retira dinheiro de moradia digna, e a grande maioria desses 13 bilhões provém de arrecadação superavitária. Por quê? Porque cobra muito imposto, aumenta os impostos, aumenta a arrecadação. Que maravilha! Então, a gente deveria fechar o ano com superávit fiscal, como o Bolsonaro fechou, em 2022, no ano da eleição, com mais de 50 bilhões de superávit primário.

Mas, não. Nós temos, em todo ano do atual Governo, déficit fiscal elevadíssimo. Qual a consequência do déficit fiscal elevadíssimo? *"Domingos, por que você está preocupado? Vamos gastar mais. Coloque mais 13 bilhões para o Governo gastar"*.

Eu estou preocupado é com o cidadão que está pagando juro alto, com o cidadão que nem chega o final do mês e o salário dele acabou, com o cidadão que não está desempregado, está trabalhando — e muito —, só que o poder de compra dele está se diluindo, está acabando, porque o dinheiro não está valendo nada. O dinheiro não está valendo nada porque o juro está alto. Dizem que não existe inflação, mas tem inflação na comida, tem inflação na energia elétrica, tem inflação no transporte, tem inflação no frete, tem inflação em uma série de coisas que fazem parte do dia a dia do cidadão e que é muito maior do que a inflação que está sendo divulgada.

Como consequência óbvia, hoje nós temos mais de 80 milhões de brasileiros endividados — não com dívida a vencer, não —, mas com inadimplência. São cidadãos que têm que usar cartão de crédito para comprar comida, que não estão conseguindo pagar a conta de luz e a conta de água. A responsabilidade nossa é não votar, sem ter conhecimento, mais 13 bilhões para serem gastos.

Então, eu quero fazer um apelo a V.Exa., para não ter que pedir vista. Peço a V.Exa. para colocar a matéria na pauta de amanhã ou fazer uma interrupção, para nos reunir com as nossas assessorias e verificar se temos que fazer alguma alteração, se os gastos são realmente imprescindíveis, se esse dinheiro precisa mesmo ser gasto dessa forma, se é o momento adequado, se esse dinheiro não deveria ajudar a fazer o equilíbrio fiscal, que é o que o Governo está querendo.

Meu xará e prezado colega Domingos Neto, haverá uma reunião do Colégio de Líderes e tentaremos votar, na semana que vem, a atualização da tabela do MEI, do microempreendedor, pelo que nós estamos lutando há algum tempo. A nossa proposta seria algo em torno de 150 mil por ano, pouco mais de 10 mil por mês, para o MEI. O Governo enviou uma proposta de 110 mil.

No projeto, nós defendemos a atualização da tabela do Simples para o micro e pequeno empreendedor. Mas o Governo diz que não pode atualizar a tabela do Simples. Sabe por que o Governo não quer atualizar a tabela do Simples?

Eu alerto o colega Deputado, que, com certeza, tem dezenas, milhares, talvez milhões de microempreendedores em seu Estado, MEIs que estão precisando da atualização da tabela do Simples. O Governo diz que não pode atualizá-la porque vai trazer desequilíbrio fiscal, mas gastar mais 13 bilhões não vai trazer desequilíbrio fiscal!? Existe uma incoerência nisso! O Governo não enviou o projeto para atualizar a tabela do Simples. Ele enviou o projeto de lei para atualizar só a tabela do microempreendedor individual, e, mesmo assim, só para 110 mil.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/UNIÃO - CE) - Não, 110, 140.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Serão 140 mil no ano de 2028 — em 2028! E nós estamos em 2026. Não dá para falar para o cidadão, para o pequeno e microempreendedor, para emitir uma nota fiscal do que está vendendo hoje com data de 2028. Não tem cabimento um negócio desses! É brincar com a inteligência do brasileiro. É como se o Governo, para fazer demagogia, dissesse o seguinte: *"Eu já vou atualizar a tabela do Imposto de Renda para 2028, ouviu, moçada? Votem em mim, porque, em 2028, vai ser 10 mil o limite de isenção do Imposto de Renda"*. É muita demagogia! É muita mentira!

A tabela do MEI está desatualizada há 7 anos, a do microempreendedor, há 7 ou 8 anos, e o Governo quer atualizá-la em 2028.

Presidente, nós precisamos da sua compreensão. Não estamos obstruindo. Estamos querendo, com responsabilidade, discutir o projeto.

Confio muito no ex-Ministro Fávares para fazer um bom relatório, mas é até para ele ter tempo e poder nos explicar em detalhe para onde irão esses 13 bilhões. Tem que ser este ano? Tem que ser agora? Não pode segurar um pouco isso, para evitar esse desequilíbrio fiscal tão grave que está assolando o País?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Agradeço, Deputado.

Nós temos no plenário três inscritos para falar.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Eu estou vendo, pelo vídeo, que o Senador Fávares, que é o Relator, deseja usar da palavra.

Vou passar a palavra ao Relator e, depois, retornaremos ao Plenário.

Tem a palavra o Senador Carlos Fávares.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Obrigado, Sr. Presidente e todos os colegas Deputados.

Eu achei que eu já poderia, pelo entendimento, ler o relatório, e então começariam os debates.

Para a gente ser um pouco mais didático, na tentativa de esclarecer algumas dúvidas que os colegas Parlamentares possam ter, o PLN é aberto com 1 milhão e 323 mil reais para que o Brasil possa regularizar os aportes governamentais junto ao Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social. Isso dá em torno de 240 mil dólares.

Temos três matérias muito relevantes que fazem parte desse PLN. A primeira trata da subvenção econômica aos produtores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste, como bem disse o Deputado Mauro Benevides Filho, que necessitam desses recursos para minimizar os impactos econômicos decorrentes da tributação adicional sobre as exportações brasileiras impostas pelos Estados Unidos e decorrentes de adventos climáticos extremos.

O segundo ponto importante — eu tenho certeza de que os colegas Parlamentares, de acordo com o entendimento do nosso colega Deputado Domingos Sávio, sabem que os brasileiros passam por um momento de dificuldades, o que é fato — é a necessidade de financiamento por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), de projetos de desenvolvimento tecnológico de produtores rurais, sob a forma de empréstimo de longo prazo; e também para os produtores de cana-de-açúcar do Nordeste.

Terceiro ponto: financiamento a beneficiários do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes — Desenrola Adimplentes; e a beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil — Fies, do Programa Nacional de Incentivo Financeiro à Adimplência no Fies.

Eu quero crer que todos os colegas Parlamentares vejam a relevância dessas três matérias.

Qual seria a fonte de recursos? Nós teríamos um recurso de superávit do FNDCT, superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 2025. Detalhadamente, faz parte do nosso relatório esse superávit de 9 bilhões de reais. Além disso, recursos de superávit do Ministério da Fazenda, um excesso de arrecadação da ordem de 4 bilhões de reais. O total é de 13 bilhões de reais, mais o originalmente previsto no PLN de origem do Governo.

Portanto, são três matérias de extrema relevância. Com o excesso de arrecadação, nós podemos contemplar o cidadão e a cidadã que ainda estão em adimplência com o Fies, além dos produtores rurais de cana-de-açúcar do Nordeste, e regularizar as pendências do nosso País junto ao Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social.

São matérias relevantes que a gente poderia, depois de lido o relatório e debatido nesta Comissão, deixar prontas para que possam ser levadas à sessão do Congresso Nacional, caso se chegue ao entendimento, na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

A sugestão que o Ministro Fávoro fez já nos serve para um caminho de acordo. Ele faria a leitura do relatório — o início da discussão ocorreria depois de lido o seu relatório — e, ao final, nesse ínterim, poderíamos construir um consenso entre nós. Acho que ficou bem claro agora, nas palavras do Ministro, que nós não estamos tratando de nenhum tipo de cancelamento de atividades que estejam... Os 9 bilhões de reais vêm do FNDCT, cujo montante não é gasto todo sempre. Outros 4 bilhões de reais são de excesso de arrecadação.

Então, minha sugestão é ouvir o Senador Inácio, que não falou ainda, e, em seguida, eu queria deixar o Senador Fávoro ler o relatório, para depois a gente fazer a discussão com o relatório lido, o que faz mais sentido. Eu queria propor esse acordo. Tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB - CE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu considero sempre que nós devemos buscar o acordo. A nossa Comissão é sempre uma Comissão do acordo, que busca trabalhar com base no acordo.

Esta é uma matéria muito importante. Eu nem quero entrar na questão do déficit. O mundo inteiro está fazendo déficit, não está fazendo superávit. Isso é uma anomalia do Brasil. Então, eu nem quero entrar nesse debate, nessa discussão de quem fez déficit e quem não fez déficit. Eu não conheço quem tenha criado uma situação favorável, nos últimos 10 anos, para ter um superávit tão robusto que lhe permitisse zerar o déficit público. O mundo não está fazendo superávit; está fazendo déficit.

Nesta matéria, muito especialmente, eu queria considerar primeiro atender os produtores rurais, trabalhadores que estão na ponta, que precisam desse benefício, desse socorro mais imediato no Brasil. O foco é o Nordeste, mas o Nordeste é Brasil. Então, não se trata só do Nordeste especificamente.

No segundo ponto vem uma questão muito estratégica para nós desde sempre, o financiamento da pesquisa agropecuária brasileira. Trata-se de crédito para pesquisa agropecuária. Nós estamos abrindo esse crédito do FNDCT, que é fundamental e estratégico para o País.

O último e destacado ponto é olhar para o estudante adimplente do Fies, é criar uma situação favorável para os adimplentes. Então, acho que é possível, sim, a gente fazer um acordo. Temos muitas outras matérias, mas estas são estratégicas para nós, para na quinta-feira chegarmos à reunião do Congresso Nacional com isso resolvido. Eu acho que nós podemos, sim, fazer uma boa tratativa aqui entre nós. O Ministro Fávoro pode ler seu relatório, a gente já passa para a discussão diretamente do relatório, e acho que é possível a gente fazer, sim, um bom acordo, porque ele é para o Brasil, não é para o Governo, nem para a Oposição. Nós estamos tratando de estudantes, nós estamos tratando de produtores rurais, nós estamos tratando de pesquisa científica no nosso País.

Portanto, eu considero que é, sim, possível, necessário e importante, fundamental, um bom acordo para aprovarmos o relatório do nosso Ministro Fávoro.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Eu consulto o Senador Izalci Lucas sobre se a gente pode avançar logo na leitura do relatório, porque assim a gente vai ter tempo para fazer essa discussão com o relatório lido.

O SR. IZALCI LUCAS (PL - DF) - Eu ouvi as falas todas. A primeira conversa foi no sentido da questão do agro, da cana-de-açúcar, mas observo que o valor referente à cana-de-açúcar são 270 milhões de reais. Então, os 9 bilhões de reais são para o FNDCT, porque há uma lei, de minha autoria, que proíbe o Governo de contingenciar recurso do fundo. Os 4 bilhões de reais do Ministério da Fazenda é que são realmente para esses programas.

Eu só quero, mais uma vez, Presidente, alertar o Governo sobre a discussão dos vetos: se não houver a discussão dos vetos, nós não teremos reunião do Congresso. Nunca foi feita, neste Governo, nenhuma reunião para se discutir veto, a não ser com os assessores.

Obrigado, Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, peço a palavra só para esclarecer algo.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Benevides Filho.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/UNIÃO - CE) - A questão da cana-de-açúcar do Nordeste é só com relação aos 270 milhões. Os 9 bilhões de que tanto se fala aqui são para os produtores rurais de todo o Brasil. O pessoal não está entendendo isso. É para todo o Brasil, não é para o Nordeste.

(Intervenções ininteligíveis fora do microfone.)

É ciência e tecnologia como um todo, para todo o Brasil — para todo o Brasil.

Pessoal, eu não quero particularizar o Nordeste, porque o Nordeste, como sempre, não pega nada. Dos 270 bilhões, ele não pega nada. Sempre é a menor... O Deputado Inácio Arruda foi muito claro quanto a isso, apesar de o Nordeste ser o Brasil. Mas é o mínimo. Nós estamos falando de um fundo nacional de ciência e tecnologia para todo o Brasil.

Por fim, falando para o meu competente companheiro Deputado Domingos Sávio, em 2022, foi gerado um superávit *fake*. Deram um calote de 92 bilhões em precatórios para poder gerar um déficit que, supostamente, era superávit, mas, na realidade, era déficit. Era *fake* — porque a palavra da moda agora é *fake*. Foram 92 bilhões o que o Presidente Lula teve que botar na conta para pagar daqui para frente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Eu pediria ao Senador que leia o relatório, porque é o tempo de a gente tentar construir um acordo, e faremos a discussão em seguida. Pode ser assim? *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Carlos Fávaro. *(Pausa.)*

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Presidente, antes da leitura, em que pesem algumas colocações que eu acho que eu vou declinar de responder agora, eu não vou pedir vista de imediato, num gesto de cooperação e entendimento com o Senador Carlos Fávaro, para que S.Exa. possa fazer a leitura do relatório.

Presidente, deixo claro a V.Exa. que nós precisamos nos debruçar com mais detalhes, inclusive após a leitura do relatório, para que a gente possa decidir se votaremos ou não a matéria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Posso, então, fazer uma sugestão.

Como a matéria é extrapauta, nós podemos fazer o acordo de inclusão na pauta e, ao fim, deixar esta sessão suspensa, porque amanhã nós teremos uma reunião de audiência pública com a presença do Secretário do Tesouro e, nessas 24 horas, eventualmente, a gente poderia tentar chegar a um acordo e votar a matéria amanhã.

Deixo a minha sugestão e proposta de acordo: que a gente aprove a inclusão na pauta, deixe que o Senador faça a leitura do relatório, até porque, se houver algum ajuste para ser feito até amanhã, nós teremos tempo para fazê-lo antes da votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB - CE) - Presidente, eu compreendi que não há exatamente problema com esta matéria. Acho que está havendo mais dificuldade, como o Senador Izalci levantou aqui, com relação à questão dos vetos para a sessão do Congresso Nacional.

Acho que há um acordo. Quando o Deputado Domingos Sávio levanta a ideia de que não vai pedir vista, acho que chegamos a um ponto importante de solução.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Regimentalmente, nem seria pedido de vista.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB - CE) - É claro.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Nós ainda estamos na fase de construirmos um acordo para a inclusão da matéria na pauta. Com um gesto que sempre moveu meu posicionamento dentro da Comissão Mista de Orçamentos, nós vamos atender ao apelo do Presidente de concordar com a inclusão na pauta, nos resguardando para pedir vista ou não após conhecer o relatório e analisar melhor o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Acredito que, regimentalmente, não cabe vista nesta Comissão, mas é uma Comissão que trabalha sempre por acordo. Então, a minha proposta é um acordo que encaminhe pela aprovação, por unanimidade, da inclusão na pauta. O Senador lê o relatório...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Deixaremos o mérito para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Sim, para amanhã.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Pode ser assim? *(Pausa.)*

Vamos incluir o item na pauta.

Em deliberação a inclusão na pauta e a quebra de interstício para a votação do relatório apresentado do referido requerimento.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Apreciação do relatório ao PLN 17/2026, do Congresso Nacional, do Poder Executivo, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, e do Planejamento e Orçamento, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$13.271.323.000,00, para os fins que especifica (alteração proposta pela Mensagem presidencial nº 580, de 2026). Relator: Senador Carlos Fávaro. Voto pela aprovação do projeto de lei na forma apresentada pelo Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

O Relator Senador Carlos Fávaro está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Eu agradeço mais uma vez, Presidente Domingos Neto, o entendimento dos colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas. Com a leitura do nosso relatório, poderemos dar mais ciência ao conteúdo da matéria e teremos, a partir desse entendimento, então, o prazo de 24 horas para que possamos nos reunir e deliberar amanhã.

Passo à leitura do relatório.

"I - Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 525, de 2026, na origem, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2026 (PLN 17/2026), que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito especial no valor de R\$1.323.000,00, para o fim que especifica.

Conforme a Exposição de Motivos (EM) nº 1.243, de 2026, do MPO, o crédito em pauta objetiva incluir nova categoria de programação, com o objetivo de pagar a contribuição voluntária do Brasil ao Sistema Regular de Aportes Governamentais (SRAG) do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), organismo integrante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), no valor de US\$240.000 (duzentos e quarenta mil dólares).

Em 3 de julho de 2026, foi encaminhada a Mensagem nº 580, de 2026, propondo alteração no projeto com o objetivo de incluir no crédito especial original novas categorias de programação, no valor de R\$13.270.000.000,00 (treze bilhões, duzentos e setenta milhões de reais), em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, e de Operações Oficiais de Crédito, mantendo a programação já constante do referido projeto, passando o crédito a totalizar R\$13.271.323.000,00 (treze bilhões, duzentos e setenta e um milhões, trezentos e vinte e três mil reais).

As programações incluídas pela mensagem modificativa objetivam atender despesas com: 1. subvenção econômica aos produtores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste que sofreram prejuízos econômicos decorrentes da tributação adicional sobre exportações brasileiras impostas pelos Estados Unidos da América ou de eventos climáticos extremos; 2. financiamento, por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos — Finep, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, de projetos de desenvolvimento tecnológico de produtores rurais, sob a forma de empréstimos de longo prazo" — para todo o Brasil — "; e 3. financiamento a beneficiários do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes — Desenrola Adimplentes; e a beneficiários adimplentes do Fundo de Financiamento Estudantil — Fies, do Programa Nacional de Incentivo Financeiro à Adimplência no Fies — Fies Empreendedor."

São essas as três rubricas que foram acrescentadas ao original.

"Para viabilizar a execução dessas despesas, serão usados como fonte de recursos a anulação de despesas do Ministério das Cidades e do Ministério do Planejamento e Orçamento, Fazenda e de Encargos Financeiros da União, superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 2025, no valor de R\$9.000.000.000,00 (nove bilhões de reais), e excesso de arrecadação, no valor de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), relativo a Recursos Livres da União."

Como disse, há o quadro em anexo, que pode ser observado pelos Parlamentares:

- Ministério da Agricultura e Pecuária: suplementação de R\$270.000.000,00, com zero de cancelamento;
- Ministério do Planejamento e Orçamento: suplementação de R\$1.323.000,00, com o cancelamento de R\$1.323.000,00;
- Ministério das Cidades: cancelamento de R\$270.000.000,00;
- Operações Oficiais de Crédito:
- Recursos sob Supervisão do FNDCT – MCTI: R\$9.000.000.000,00;
- Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda: R\$4.000.000.000,00.

Se os Parlamentares me permitem, há a tabela com o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2025, relativo a:

- 3050 - Recursos Próprios Livres da UO (FNDCT): R\$3.076.064.072,00;
- 3097 - CT-Aeronáutico e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais: R\$322.159.562,00;
- 3098 - CT-Agronegócio e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais: R\$761.267.516,00;
- 3099 - CT-Biotecnologia e Recursos Genéticos, e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais: R\$432.078.642,00;
- 3100 - CT-Saúde e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais: R\$647.897.215,00;
- 3102 - CT-Verde Amarelo (Programa de Inovação para Competitividade) e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais, Equalização de Taxas de Juros e Investimentos em Empresas Inovadoras: R\$354.737.576,00;
- 3103 - CT-Aquaviário e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais: R\$31.700.664,00;
- 3104 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais: R\$143.431.977,00;
- 3105 - CT-Mineral e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais: R\$39.419.536,00;
- 3107 - CT-Petro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais: R\$92.342.733,00;
- 3108 - CT-Energia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais: R\$398.564.615,00;
- 3109 - CT-Hidro e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais: R\$8.380.932,00;
- 3112 - CT-Amazônia e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas, Despesas Administrativas/Operacionais e Ações Transversais: R\$34.347.527,00;
- 3118 - CT-Infra e Financiamentos Reembolsáveis, Subvenções Econômicas e Despesas Administrativas/Operacionais: R\$772.698.805,00;
- Excesso de Arrecadação (Fonte 000 — Recursos Livres da União): R\$4.000.000.000,00.
- Total: R\$13.271.323.000,00.

Em relação ao que dispõe o art. 55, § 4º, da Lei nº 15.321, LDO 2026, quanto à obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, a EM original afirma que não afeta a obtenção da meta, uma vez que se trata de remanejamento de despesas primárias sem alteração do montante. Embora não informado na EM da mensagem modificativa, as despesas incluídas são financeiras, não afetando o resultado primário" — é importante isso.

"Em relação aos limites individualizados para as despesas primárias, a EM da mensagem modificativa informa que a alteração em questão está de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, uma vez que parte do crédito se refere à inclusão de despesas financeiras, não abrangidas pela citada lei, e outra parte trata de remanejamento entre despesas primárias discricionárias, não ampliando as dotações orçamentárias sujeitas a esses limites.

Já quanto ao disposto no inciso III do *caput* do art. 167 da Constituição Federal, 'Regra de Ouro', a EM afirma que a alteração proposta afeta positivamente o seu cumprimento.

Em atendimento ao art. 55, §§ 13 e 16 da LDO-2026, a EM da mensagem modificativa apresenta em anexo os demonstrativos de superávit financeiro e de excesso de arrecadação e de valor cancelado que ultrapassa 20% do valor inicialmente estabelecido na Lei nº 15.346, de 2026, LOA-2026, para a referida categoria de programação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

É o relatório."

Sr. Presidente, gostaria de, rapidamente, fazer a leitura da análise. Ou a suprimos? V.Exa. conduz.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Senador, eu posso consultar...

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Rapidamente, eu faço a leitura da análise e o encaminhamento de voto, se V.Exa. achar pertinente. Levarei 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Então vamos terminar. Pode prosseguir, Senador.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - "II. Análise

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo está articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, ou seja, crédito especial, haja vista pretender tratar de recursos não existentes na lei orçamentária vigente. Observa-se, ainda, que a proposta está formulada em conformidade com o disposto no Plano Plurianual 2024-2027 (Lei nº 14.802, de 2024), na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (Lei nº 15.321, de 2025), na Lei Orçamentária Anual para 2026 (Lei nº 15.346, de 2026), na Lei nº 4.320, de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF (Lei Complementar nº 101, de 2000) e no Regime Fiscal Sustentável (Lei Complementar nº 200, de 2023).

Os principais objetivos do crédito em exame são:

- subvenção econômica aos produtores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste que sofreram prejuízos econômicos decorrentes da tributação adicional sobre exportações brasileiras impostas pelos Estados Unidos da América ou de eventos climáticos extremos;

- financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico de produtores rurais, sob a forma de empréstimos de longo prazo;"

É importante ressaltar isso, como foi dito pelos colegas Parlamentares, para todos os produtores rurais de todo o Brasil.

"- financiamento a beneficiários do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes — Desenrola Adimplentes; e a beneficiários adimplentes do Fundo de Financiamento Estudantil — Fies.

Ademais, o crédito em exame será viabilizado mediante anulação de dotações orçamentárias, superávit financeiro do exercício anterior e excesso de arrecadação, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com as prescrições do art. 167, incisos III e V, da Constituição.

A exposição de motivos que acompanhou a mensagem modificativa declara que o crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos órgãos envolvidos e que as programações objeto de cancelamento não sofrerão prejuízo na sua execução.

III. Voto do Relator

Diante do exposto e considerando a constitucionalidade, juridicidade e mérito da matéria, somos pela aprovação do PLN nº 17, de 2026, na forma apresentada pelo Poder Executivo."

É o que apresento como relatório, análise e encaminhamento de voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Agradeço ao Senador Carlos Fávaro.

Com a palavra o Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., que preside uma das Comissões mais importantes desta Casa: a Comissão Mista de Orçamento.

Também quero, de forma especial, agradecer ao meu partido, o MDB, na pessoa do Presidente Baleia Rossi e do nosso Líder Isnaldo Bulhões Jr., que nos indicam a esta Comissão como membro titular, para que, junto com V.Exa. e com os pares Senadores e Deputados, nós possamos deliberar sobre uma matéria que é das mais relevantes: o Orçamento Público da União que vai ser aplicado em 2027. Ele será votado este ano para ser aplicado em 2027.

Mas esta Comissão — agora foi lido o relatório de um PLN — traz PLNs importantíssimos para a condução da política pública do nosso País. Ao meu lado, estão o nosso querido Deputado Ricardo e a Deputada Rosângela, do Republicanos. Juntos, certamente, nós vamos deliberar sobre matérias como essa.

Falo aqui de um PLN de 13 bilhões de reais, que destina recursos, conforme já relatado pelo nobre Relator Carlos Fávaro, de interesse dos produtores e, especialmente, de todo o País, de vários setores. É óbvio que nós vamos votar essa matéria somente no dia de amanhã. Mas eu destaco que há aqui um cancelamento para o Ministério das Cidades que me chama atenção, da ordem de 270 milhões de reais.

Amanhã, haverá uma audiência pública, Deputado Ricardo, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, para tratar, por exemplo, do Minha Casa, Minha Vida. O Governo deliberou sobre várias unidades para o Brasil, mas há necessidade de ampliar essas habitações para a Bahia, o Maranhão, todos os Estados.

Para o Maranhão, que, especialmente, tem o maior déficit habitacional do nosso País, foram apresentadas 250 mil propostas. No entanto, o Estado foi atendido com 10 mil unidades, o que deixou 240 mil solicitações sem serem atendidas. Portanto, nós estamos discutindo com o Governo para entender quais foram os critérios de distribuição dessas casas e, ao mesmo tempo, buscar um entendimento para ampliar os recursos do Ministério das Cidades e atender mais habitações em todo o País.

Essa é uma política fundamental do Governo Federal, do Presidente Lula, que tem um efeito direto na vida das pessoas que, muitas das vezes, não têm o seu lar, não têm a sua casa. Elas teriam a oportunidade, através do Programa Minha Casa, Minha Vida — com diversas instituições, repito, do Maranhão, que apresentaram a proposta na Caixa Econômica e estão no Ministério das Cidades —, de serem atendidas, mas não o foram.

Nós estaremos nesse debate amanhã. E chama a minha atenção, é lógico, o cancelamento de um recurso importante do Ministério, que poderia ser utilizado para esse programa, não desmerecendo a finalidade desse PLN, que, repito, envolve 13 bilhões de reais. Vejam a importância desta Comissão e do que tratamos aqui.

Portanto, nós vamos avaliar todo esse PLN. O relatório apresentado pelo Senador traz as suas explicações. E nós vamos buscar um entendimento inclusive com o próprio Governo, para fazer frente àquilo que eu entendo fundamental: mais recurso para o Ministério das Cidades, para ele atender o Programa Minha Casa, Minha Vida. Mas não deixamos, certamente, de entender a importância desse PLN e sua destinação.

No mais, Sr. Deputado Domingos Neto, quero me colocar à disposição de V.Exa., na condição de Presidente, para que, juntos, nós possamos produzir aquilo que é de interesse da Nação e aprovar matérias relevantes, que vão no sentido de dar continuidade às políticas públicas do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Agradeço, Deputado Cleber Verde.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio, para que ele encaminhe sobre a sugestão de acordo.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Presidente e prezado colega Deputado Domingos Neto, prezado colega Igor Timo, nosso coordenador da bancada mineira, com as palavras do Ministro e nosso colega Senador Carlos Fávaro, eu pude me debruçar um pouco mais sobre o assunto.

De fato, a gente verifica que, se, por um lado, há mérito no atendimento aos produtores de cana do Nordeste, por outro lado, há algo que nos preocupa. Por isso, é necessário esse tipo de análise e reflexão.

Preocupa-nos, por exemplo, o fato de que o recurso que está sendo cancelado, para viabilizar esses 270 milhões de reais, está dentro do Ministério das Cidades e, na primeira análise feita pela minha Assessoria, seria justamente do Minha Casa, Minha Vida, um programa também muito importante e que espero que continue garantindo alternativa de moradia no País. Mas é indiscutível o mérito de que atendamos aos produtores rurais.

Da mesma forma, quando a gente vê a destinação de 9 bilhões de reais para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, o que poderá representar fontes de financiamentos para a agricultura, isso requer da nossa parte uma análise responsável. Neste caso, embora o cancelamento ocorra dentro do próprio FNDCT, ele alcança cancelamentos que vão afetar várias áreas, inclusive o próprio agronegócio, a exemplo de financiamentos reembolsáveis nas áreas de biotecnologia e da saúde, e assim por diante.

Então, uma análise cuidadosa pode nos dar a tranquilidade de que não estaríamos comprometendo nenhuma dessas outras atividades, que são igualmente importantes. É com esse espírito que eu já fiz um gesto de concordar, por acordo, com a inclusão do projeto na pauta. Uma sessão que, de forma presencial, está bem restrita, embora tenha participações pelo sistema Infolleg ou virtualmente, é um tipo de sessão que requer acordos. E nós estamos fazendo esse gesto.

Contudo, eu acho razoável que a gente se debruce um pouco mais sobre o projeto, para, na sessão de amanhã, caminhar para tentar — aí, sim — um acordo para a votação. O acordo de hoje seria apenas para a inclusão do projeto e o início da discussão. Espero que V.Exa. não encerre o processo de discussão, para que a gente possa apresentar alguma dúvida que suscitar e tê-la esclarecida amanhã. E espero eu que até possamos evoluir para um acordo.

Para concluir, aproveito a presença do coordenador da bancada de Minas Gerais para fazer um apelo a V.Exa. Quanto ao sentimento que me faz fazer esse apelo, que é sobre a LDO, eu imagino que nós estejamos nos deparando com ele em todos os Estados. É claro que já vivemos um momento de pré-campanha. E nós, que já trabalhamos, ao contrário do que alguns dizem, quase que a semana integral, durante os 4 anos do mandato, agora, além de manter o ritmo de trabalho aqui no Congresso, como estamos fazendo hoje, nos desdobramos inclusive nos fins de semana, rodando todo o Estado.

Com o que a gente se depara? Com inúmeros problemas, como de infraestrutura e rodoviários. Lá no norte de Minas, há questões hídricas gravíssimas, que tem sido postergadas há décadas. Também há problemas sérios na saúde. Hoje, por exemplo, é o início do funcionamento do Hospital Regional de Divinópolis, integrado pelo Ministério da Educação como hospital universitário. Mas, quanto aos recursos da Ebserh ou, hoje, HU Brasil, que é a empresa que cuida dos hospitais, o orçamento deste ano, se corrigido pela inflação, é menor do que o do ano passado. A gente tem temores, inclusive, de que venhamos a enfrentar dificuldade no final do ano e precisemos suplementar o orçamento.

Então, nós já precisamos de, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos debruçarmos sobre um planejamento orçamentário adequado para o ano que vem. Pelo que me consta, nós não temos nem Relator definido, nós ainda nem iniciamos um processo que deveria estar sendo votado agora neste mês. E eu faço um apelo a V.Exa. para que a gente possa iniciar esse processo. Vamos construir, com o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado e os Líderes, a definição de relatorias, para que iniciemos o prazo de emendas e possamos trabalhar em cima da LDO.

Embora tenhamos que cuidar da eleição, nós não podemos descuidar do País, não é? Eu dizia, nesta semana, que, apesar de todos nós termos tido aquela dor no coração por não sermos campeões na Copa do Mundo, a gente tem que agradecer a Deus. E o nosso olhar agora tem que ser 100% focado nessa verdadeira luta, nesse campeonato pela vida, para melhorar o nosso Brasil, para fazer as mudanças que precisam ser feitas. Nesse jogo, a gente ainda pode virar o placar, a gente ainda pode ganhar e salvar o Brasil. E ele começa aqui nesta Comissão de Orçamento, preparando um Orçamento melhor para o ano que vem, que atenda melhor os investimentos da segurança, da saúde, da infraestrutura.

Sobre o relatório do Ministro Fávaro, eu não tenho nada a acrescentar, até pelo respeito que tenho pela pessoa dele. Mas gostaria de analisar, com mais detalhes, especialmente os números dos cancelamentos que estão sendo feitos, para que nós tenhamos segurança de votar esse projeto que suplementa recursos do FNDCT.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Sr. Presidente, V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Pois não, Senador.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Só faço um último esclarecimento, que cabe ao caro Deputado Domingos Sávio e também a todos os colegas presentes nesta Comissão.

O superávit financeiro apurado do balanço patrimonial de 2025 é referente aos financiamentos não reembolsáveis. Nós não estamos fazendo cancelamentos, à exceção dos 270 milhões de reais do Ministério das Cidades.

Então, os recursos provenientes dos resultados financeiros obtidos em 2005 passarão a financiar as atividades agropecuárias de longo prazo em todo o Brasil e o superávit de 4 bilhões de reais no Ministério da Fazenda. Só esses dois totalizam os 13 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Está compreendido, Senador Fávaro.

O acordo que fizemos aqui com a Oposição é no sentido de que a gente vote isso amanhã, sem obstrução, para que dê tempo de a gente, sobretudo a Oposição e também parte do Governo, se informar mais sobre o projeto.

Então, agradeço a compreensão do Deputado Domingos Sávio e do Senador Izalci.

Amanhã, antes da audiência pública, a gente faz a continuação desta reunião. Então, não vamos encerrar a discussão nem vamos encerrar a reunião. Vamos suspender a reunião e voltaremos amanhã, às 13h30min.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Só para esclarecer, eu pretendo participar pelo sistema remoto amanhã.

De fato, nós todos estamos tendo nos desdobrar para os compromissos, mas eu farei questão de acompanhar a votação e trazer a nossa contribuição.

O SR. CARLOS VERAS (Bloco/PT - PE) - Presidente, amanhã teremos audiência pública. Vamos ouvir o Secretário do Tesouro Nacional. Nós já temos um calendário previsto para a próxima semana, considerando a proximidade do recesso?

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Isso é algo que eu estou aguardando para conversar com o Presidente Hugo Motta, porque nós estamos sentindo que o quórum não deverá ser alto na semana que vem.

Então, a decisão sobre se vai haver ou não, eu quero fazer em conjunto com o Presidente Hugo Motta e com o Presidente Davi Alcolumbre. E até quinta-feira ou sexta-feira, com a antecedência necessária, a gente vai informar às Lideranças. Está o.k.?

Concedo a palavra à Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. ROSANGELA GOMES (Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os Deputados e a todas as Deputadas, a todos os Senadores e a todas as Senadoras que nos acompanham pelo Infoleg.

Presidente, eu gostaria também de registrar que nós, do Republicanos, ainda não temos uma formação definida com relação à votação desse PLN, ao qual eu tive acesso agora, mas eu pude falar com V.Exa., enquanto estive aí na Mesa, sobre a questão do rito e do procedimento desta Comissão. Hoje irei avaliar também essa proposta, e, junto com meus pares e a bancada, faremos o melhor para a gente votar de forma que possamos dar uma contribuição satisfatória e positiva.

Também quero ressaltar a questão do planejamento de votações e ações desta Comissão para que a gente possa dar uma contribuição mais positiva na questão orçamentária do nosso País.

Eram essas as minhas considerações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Antes de suspendermos a nossa reunião de hoje, informo que votamos o pedido de votação em globo, mas acabamos não votando o globo em si.

Assim, nós temos a Medida Provisória nº 1.342, cujo Relator está aqui do meu lado, o Deputado Igor Timo; a MP 1.344, a MP 1.346, a MP 1.347, a MP 1.351, a MP 1.361, a MP 1.364 e a MP 1.367, todas de 2026. E os Requerimentos nº 24, 25, 26, 27, 28 e 29, de 2026, nós aprovamos há pouco, quando os incluímos na pauta juntamente com o PLN 17/2006.

Eu vou passar a palavra ao Relator Igor Timo para explicar a MP, e, em seguida, a gente faz a votação em globo.

O SR. IGOR TIMO (Bloco/UNIÃO - MG) - Presidente, Deputado Domingos Neto, queria agradecer imensamente a V.Exa. a oportunidade e parabenizá-lo pela bela condução dos trabalhos à frente da CMO, sem dúvida, a Comissão mais importante neste momento.

Prezado Deputado Domingos — estou ladeado por dois Domingos, eu não preciso nem de sábado mais: Domingos Neto e Domingos Sávio.

De forma muito sucinta, Presidente, eu queria pedir a colaboração de todos os Srs. Parlamentares e de todas as Sras. Parlamentares presentes porque o nosso parecer é favorável à aprovação da Medida Provisória nº 1.342, de 2026, e, sendo Relator aqui na CMO, eu apresento o parecer favorável para a liberação desse crédito extraordinário da ordem de 1,3 bilhão de reais para socorrer o Estado de Minas Gerais.

O Estado de Minas Gerais passou por uma situação muito sensível, e a urgência e a imprevisibilidade da medida são inquestionáveis. Entre fevereiro e março deste ano, a nossa Zona da Mata enfrentou o período mais chuvoso da sua história, com um acumulado de 584 milímetros, quatro vezes a média acumulada. E o resultado foi trágico: famílias desabrigadas, serviços públicos essenciais interrompidos e comprometidos, comércio local severamente castigado. E esse crédito extraordinário de 1,3 bilhão de reais será distribuído em frentes cruciais para a reconstrução do Estado. Serão 505 milhões para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, garantindo abrigo provisório e o envio dos profissionais da Força de Proteção do SUAS para o atendimento humanitário na ponta; 500 milhões para o Ministério das Cidades para viabilizar a construção de aproximadamente 2.500 novas casas pelo Fundo de Arrendamento Residencial — FAR, devolvendo a dignidade, a moradia a quem perdeu tudo.

Eu digo, Deputado Domingos, porque vi a situação *in loco*, acompanhado do Presidente Lula e dos Ministros, do Senador Rodrigo Pacheco em visita àquelas localidades, e posso garantir que poucas vi de perto uma situação tão desoladora, tão desconfortável, Deputado Domingos Neto, de chegar e encontrar ali famílias que perderam tudo, Deputada Rosangela Gomes. Foi um dos momentos mais tristes que eu vivi. Posso garantir que essa medida provisória vai ajudar a enfrentar essas dificuldades.

Serão também 300 milhões para o Fundo Garantidor de Operações — FGO; 500 milhões de linha de crédito para que o Fundo Municipal subsidie e apoie pessoas físicas, empresas e comércios locais para se reerguerem economicamente.

Outra situação que deixou a gente muito tocado foi a situação de Ubá. Assim como Juiz de Fora sofreu muito, a cidade de Ubá teve o seu centro comercial totalmente destruído pelas fortes chuvas.

Do ponto de vista fiscal, a matéria está em perfeita consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com o Regime Fiscal Sustentável, uma vez que as despesas com a calamidade pública não se sustentam ao teto de gastos, e a proposta cumpre todos os requisitos constitucionais, e não recebeu emendas. Adiar esse socorro é prolongar o sofrimento do povo mineiro, é travar a recuperação econômica da região.

Por isso, o meu voto como Relator é totalmente favorável. Eu conto com o apoio incondicional deste Parlamento, porque eu conheço bem a sensibilidade de todos, e sei que essa medida será aprovada.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Parabenizo o Deputado Igor Timo, que honra o voto do povo mineiro, que é Coordenador da bancada de Minas Gerais e que relata uma medida tão importante para o povo e o Estado de Minas Gerais.

A SRA. ROSANGELA GOMES (Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Pois não, Deputada Rosangela Gomes.

A SRA. ROSANGELA GOMES (Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - Enquanto estamos no processo de votação, posso fazer uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Sim, Deputada.

Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ROSANGELA GOMES (Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - Sr. Presidente, com certeza essa é uma das matérias mais importantes que esta Comissão irá votar.

Eu estive Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos no meu Estado, no Estado do Rio de Janeiro, Deputado Cleber Verde, e acompanhei de perto essa questão de desastres climáticos, percorrendo até um caminho, desde a época de 2003, quando tivemos o primeiro grande evento, que foi lá em Angra dos Reis, com muitas mortes; depois, tivemos outros eventos em Morro do Bumba, em Teresópolis, em Petrópolis, em Friburgo: é uma verdadeira zona de guerra, Deputado Domingos Neto.

É algo surreal. As ruas se tornam um campo de guerra, porque todos colocam seus móveis, quando a água baixa, no meio da rua, e as famílias ficam sem poder fazer uma alimentação decente, porque a água invade as casas e danifica fogão, geladeira, cama. E isso sem contar que a população fica sem a dignidade de ter um local para dormir, e a gente tem que providenciar abrigos provisórios para atender a população da melhor maneira possível. Então, essa é uma matéria justa, que vai fazer justiça social.

Deputado, V.Exa. toca em outro ponto também muito importante, que é a equipe do Forsuas, do Suas, que são trabalhadores e trabalhadoras da assistência social do nosso País. Esta Casa fez justiça aqui recentemente, quando votou a PEC 383, que garante 1% dos recursos da União, dos Estados e dos Municípios para o Suas. Essa foi outra justiça que nós fazemos, porque, certamente, esse setor do nosso País é o que menos tem recursos, e é o que trabalha na ponta, Deputado Cleber, principalmente quando os desastres acontecem, ou no dia a dia, no Creas, no Cras, onde está o nosso povo mais desfavorecido. Nós temos recurso obrigatório na saúde, na educação, mas, antes de a população chegar à saúde e à educação, ela vai para a assistência social, ela vai para o Cras, e é ali que os nossos trabalhadores não têm equipamentos dignos para trabalhar. Então, V.Exa. trata também, no seu relatório, de algo perfeito, que é dar condições aos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do nosso País para que eles possam trabalhar.

Há outra maneira, Deputado Neto, de nós fazermos justiça quando trabalharmos no orçamento como um todo, que é direcionar recursos para desastres climáticos e também para a segurança alimentar e nutricional da nossa população. Na hora em que não tiverem um fogão para fazer a refeição, eles poderão contar com um restaurante popular, como os que fizemos no Rio, que poderá fornecer quentinhas e refeições com dignidade e combater a fome naquele momento, com certa urgência.

Quero parabenizar o Deputado Igor pelo relatório. Realmente, isso é algo que apavora a todos nós, mas é a realidade do nosso País. Do Norte ao Sul, há desastres — quando não é pelo calor, pela seca, é por chuvas fortes. Mas este é um tema que esta Casa precisa enfrentar com mais firmeza, porque, daqui para frente, Deputado Cleber, Deputada Greyce, a tendência é que isso seja recorrente, e não adianta só ficar fazendo suplementação e destinando um recurso extra. Nós precisamos também trabalhar em ações que vão combater os desastres.

Portanto, quero parabenizar V.Exa. Nós iremos votar favoravelmente. Quero agradecer-lhe pelo relatório, lembrando não só da população que faz uso do serviço, mas também dos trabalhadores que compõem a assistência social.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Passo a palavra para a Deputada Greyce Elias.

A SRA. GREYCE ELIAS (PL - MG) - Presidente Domingos, é uma alegria estar com V.Exa. nesta importante Comissão. Como já foi bem lembrado aqui, esta é uma das principais Comissões da Câmara dos Deputados, é onde nós discutimos o Orçamento e definimos como cada recurso será destinado.

Eu quero agradecer a oportunidade de ter sido Relatora da MP 1.361, em que nós também discutimos o orçamento para a Zona da Mata Mineira, no Estado que é o maior Estado em número de Municípios: 853 Municípios. Isso mostra a grandeza e a diversidade que nós temos, o desafio que se apresenta para o Estado de Minas Gerais.

Essa medida provisória, com certeza, vem dar alento, oportunidade de as famílias serem abençoadas com o recurso, uma vez que infelizmente fomos também acometidos por uma catástrofe natural.

Eu quero, primeiramente, agradecer a V.Exa. pela oportunidade de ser a Relatora dessa importante MP.

Quero dizer que espero que os demais Deputados que têm relatado emendas para outras regiões, mas com o mesmo objeto, possam, realmente, fazer com que as famílias sejam abraçadas.

O que disse a minha amiga Deputada é exatamente isto: nós precisamos entender que políticas públicas preventivas precisam ser adotadas na Nação. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, infelizmente, o Brasil tem sido assolado por catástrofes nos últimos anos. Nós éramos abençoados, porque, por muito tempo, não tínhamos esse tipo de problema, mas isso tem sido recorrente, não só pelas mudanças climáticas no Brasil, mas também no mundo.

A gente precisa, então, entender que essas políticas públicas precisam ser adotadas de forma preventiva, porque, como a gente já disse, prevenção é mais barata e mais indolor: não há catástrofe, para, depois, ter que remediar. Então, que esse seja o grande pensamento dos governantes da Nação brasileira.

Muito obrigada, Deputado Domingos Neto, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Neto. Bloco/PSD - CE) - Agradeço.

Nada mais justo que duas medidas provisórias que tratam de desastres em Minas Gerais serem relatadas por dois Deputados Mineiros, como a Deputada Greyce Elias e o Deputado Igor Timo.

Em votação, em globo.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados. *(Pausa.)*

Antes de suspender a reunião, informo que amanhã, quarta-feira, 8 de julho, às 14 horas, será realizada reunião de audiência pública com a presença do Secretário do Tesouro Nacional, o Sr. Daniel Cardoso Leal, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Declaro suspensa a presente reunião e convoco sua continuação para amanhã, quarta-feira, às 13h30min.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Boa tarde a todos e a todas — às Sras. e aos Srs. Parlamentares, a meu caro Ministro, aqui presente para acompanhar os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Quero agradecer-lhe por estar presente aqui conosco, como esteve desde ontem, disponível para discutir o PLN que trata de algumas suplementações orçamentárias, inclusive em relação a produtores rurais, ao Fies e assim por diante. Trata-se de um PLN de extrema relevância para o País.

Há quórum regimental para reabertura da reunião.

A reunião ocorre de forma semipresencial — há Parlamentares presentes no Plenário e Parlamentares participando de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, que a Comissão disponibiliza neste exato momento.

Declaro, portanto, reiniciada a continuação da 4ª Reunião Deliberativa Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para votação da matéria remanescente da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações das duas Casas do Congresso Nacional.

Solicito que sejam declarados como lidos, salvo alguma manifestação em sentido contrário, os expedientes recebidos pela Comissão do dia 7 de julho de 2026 até a presente data, inclusive os avisos do TCU que não receberam recomendação para autuação, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO na Internet. Entretanto, caso algum Parlamentar se interesse pela relatoria da matéria, peço que se manifeste.

Eu quero só relembrar ao Plenário que, na reunião de ontem, foi incluído na pauta o relatório apresentado ao PLN 17/2026, porém, como não houve acordo e alguns Parlamentares solicitaram um tempo maior para a análise do relatório, já apresentado, ficou decidido que concluiríamos hoje a discussão e a apreciação do referido relatório, uma vez que este já havia sido lido pelo Relator.

Sendo assim, dando continuidade à apreciação do relatório sobre o PLN 17, do Poder Executivo, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, e do Planejamento e Orçamento, e das Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de 13.271.323.000 reais, para os fins que especifica — alteração proposta na Mensagem Presidencial nº 580, de 2026.

O Relator foi o Senador Carlos Fávaro, que relatou brilhantemente a proposta.

O voto foi pela aprovação do projeto de lei na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Passo a palavra ao Relator da matéria, o Senador Carlos Fávaro, caso queira fazer mais alguma observação sobre o relatório.

A seguir, obviamente, passarei a palavra aos Parlamentares que queiram ainda discutir a matéria.

Meu caro Senador, meu caro Relator, V.Exa. está com a palavra.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) - Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade, parablenzo-o pela condução dos trabalhos e pela disponibilidade de vir presidir esta Comissão neste momento importante apesar de nossos compromissos com nossas bases no interior do País. Este é um assunto de extrema relevância para o Governo e para o bom andamento das políticas públicas.

Eu percebo, Sr. Presidente, que, ontem, a única dúvida que ficou em alguns colegas Parlamentares foi com relação ao cancelamento dos 270 milhões de reais destinados ao programa FAR, do Minha Casa, Minha Vida.

Trago aqui a informação de que não há nenhuma precarização do programa, tão relevante para o nosso País. Digo isso por conta do aumento expressivo de recursos alocados para o programa FAR. A ação 00AF — além das ações 00TI, que são as emendas parlamentares — aumentou, este ano, o total de recursos para o programa em mais de 3 bilhões de reais. E todo ele está em execução, com toda a demanda necessária garantida em orçamento. Portanto, não há nenhuma precarização, só um ajuste orçamentário, para que se cumpra todo o programa sem se precarizar, mas sem que fiquem recursos disponíveis havendo outras necessidades.

Eu tive a informação, por parte do Governo, de que, na proposta orçamentária de 2027, o recurso será novamente aumentado para esse programa.

É relevante essa informação para os colegas Parlamentares que, como eu e V.Exa., têm preocupação com o programa Minha Casa, Minha Vida, que não terá nenhuma precarização por conta desse contingenciamento.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides Filho. Bloco/UNIÃO - CE) - Agradeço a palavra do nosso Relator, Senador Carlos Fávaro.

Esclareço que, inicialmente, foram 9 bilhões para o setor de ciência e tecnologia, o que foi muito importante. Foi esclarecido pelo Senador Izalci, inclusive. Aliás, ele me relatou que tinha sido o responsável pela lei que trata do fundo de ciência e tecnologia, assim ficou sensibilizado com essa matéria.

O segundo ponto é este que V.Exa. traz neste instante: o acréscimo a esse programa já foi aumentado, ampliado, em pouco mais de 3 bilhões de reais. Portanto, não significa, absolutamente, nenhuma diminuição no valor que estava previsto para essa função que ora está sendo discutida nesta Comissão.

Algum Deputado deseja fazer a discussão? *(Pausa.)*

Não havendo oradores inscritos, a discussão está encerrada.

A matéria foi devidamente explicada em todos os sentidos.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Antes de encerrar a reunião, peço aos Parlamentares e assessores que se mantenham no plenário, porque receberemos, em seguida, o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Daniel Cardoso Leal, para a audiência pública, em atendimento ao disposto do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Declaro, portanto, encerrada a presente sessão.